

# SUCESSÃO FAMILIAR E A FUNÇÃO DA GESTÃO COMPARTILHADA COMO FORMA DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

Cassiane Trevisan<sup>1</sup>

Alceu Cericato<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo procurou verificar como ocorre a sucessão familiar no município de Barra Bonita localizado no extremo oeste de Santa Catarina, bem como a função da gestão compartilhada nas propriedades como forma de permanência dos jovens no campo. Avaliou-se também como as casas familiares rurais podem contribuir com a permanência dos jovens no meio rural. A metodologia da pesquisa teve enfoque qualitativo, de levantamento ou survey e descritivo. Os resultados revelaram que a maioria dos jovens pesquisados não pretendem continuar na agricultura, e que a sucessão ainda não faz parte do planejamento familiar. Pode-se verificar que a gestão na propriedade é realizada com a ajuda dos filhos e demais membros, podendo ser considerada, portanto, compartilhada. Conclui-se também que as casas familiares rurais exercem papel importante, principalmente ao articular a teoria com a prática a fim de oportunizar os jovens a aprender técnicas voltadas ao meio rural e dessa forma se motivarem para continuar no campo.

Palavras chave: Sucessão Familiar. Gestão Compartilhada. Êxodo rural do jovem. Casa Familiar Rural.

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muitos são os problemas enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a gestão compartilhada da propriedade. O agricultor está com dificuldades em influenciar seus filhos a continuar na propriedade com as atividades rurais, isso porque os jovens que migram para as cidades são atraídos pelas ofertas de trabalho e estudo que as cidades oferecem, assim, partem em busca de uma melhor condição de vida e deixam de preparar-se para dar continuidade às atividades da propriedade rural.

Diante deste contexto, o problema deste estudo consiste em responder uma questão central de pesquisa: como ocorre a sucessão familiar nas pequenas propriedades, e qual a função da gestão compartilhada na propriedade como forma de permanência dos jovens no campo? Sob essa perspectiva, o objetivo geral deste estudo foi descrever como ocorre a sucessão em pequenas propriedades agrícolas. Os objetivos específicos consistem em verificar

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização, em Desenvolvimento Regional Sustentável, UNOESC – São Miguel do Oeste/SC, E-mail: cassitrev\_bb@hotmail.com -Fone: (49) 98437-3269 – São Miguel do Oeste – Santa Catarina - Brasil.

<sup>2</sup> Professor da UNOESC, doutor em Administração - E-mail: acericato@gmail.com - Fone: (49) 9 9914 7578 - São Miguel do Oeste - Santa Catarina – Brasil.

os motivos que levam os jovens a permanecer no campo, bem como os motivos que levam os jovens a sair do campo, investigar como ocorre a sucessão em pequenas propriedades, avaliar como as casas familiares rurais podem contribuir com a permanência dos jovens nas áreas rurais e por fim, propor alternativas que possibilitem a permanência do jovem no campo.

Justifica-se a realização deste estudo pela constante preocupação da diminuição da população jovem no campo e problemas no processo sucessório das famílias. O êxodo rural hoje é visto como um dos grandes problemas na agricultura, pois é comum os jovens deixarem o campo para estudar e posteriormente não retornam mais para a propriedade, gerando dessa forma abandono da propriedade de seus pais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este capítulo apresenta o referencial teórico, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre desenvolvimento regional sustentável, gestão compartilhada, êxodo rural do jovem e Casa Familiar Rural.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

De acordo com Edwards (2008), a comissão de Brundtland definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades.

Montibeller-Filho (2001) destaca as cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, que são:

- **Sustentabilidade Social:** criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (à melhor condição de vida; a maior qualificação profissional); Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. O objetivo é a redução das desigualdades sociais.
- **Sustentabilidade Econômica:** fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque ao cooperativismo); Manejo eficiente dos recursos; Absorção pela empresa, dos custos ambientais; Endogeneização: contar com suas próprias forças. O objetivo é aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa.
- **Sustentabilidade ecológica:** produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; Prudência no uso de recursos naturais não renováveis; Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; Redução da intensidade energética e

aumento da conservação de energia; Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; Cuidados ambientais. O objetivo é melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações.

- Sustentabilidade Espacial/Geográfica: desconcentração espacial (de atividades, população); Desconcentração/democratização do poder local e regional; Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). O objetivo é evitar excesso de aglomerações.
- Sustentabilidade Cultural: Soluções adaptadas a cada ecossistema; Respeito à formação cultural comunitária. O objetivo é evitar conflitos culturais com potencial regressivo.

Camargo (2005) enfatiza que o desenvolvimento sustentável sugere qualidade em vez de quantidade, ao buscar a qualidade de vida a maior prioridade deve ser concedida a satisfação das necessidades básicas mínimas para a sobrevivência da população.

Para Matias e Pinheiro (2008), o desenvolvimento sustentável é uma forma de conduzir o progresso, utilizando os recursos tecnológicos sempre em favor do bem-estar das pessoas, porém tendo sempre uma preocupação com o meio ambiente para não deixar que a natureza seja prejudicada e, futuramente os seres humanos venham a sofrer com isso.

O crescimento econômico eficiente é visto como condição necessária, porém não suficiente, para a elevação do bem-estar humano, a distribuição de renda desejada não resulta automaticamente do crescimento econômico, o qual pode ser socialmente excludente, portanto são necessárias políticas públicas específicas para evitar que o crescimento beneficie apenas uma minoria, do mesmo modo, o equilíbrio ecológico pode ser afetado negativamente pelo crescimento econômico, podendo limitá-lo no longo prazo, sem o concurso de políticas ecologicamente prudentes que estimulem o aumento da eficiência ecológica e reduzam o risco de perdas ambientais potencialmente importantes (ROMEIRO,2012).

## 2.2 GESTÃO COMPARTILHADA

Silva e Buss (2011) definem gestão como um conjunto de atividades que objetivam o planejamento, organização comando e controle da propriedade rural, provendo subsídios para a tomada de decisão pelo produtor/gestor rural, de modo que esse possa gerenciar as atividades, maximizar a produção, minimizar custos, obtendo dessa forma, melhores resultados econômico-financeiro.

Portanto a qualificação em gestão integrada da agricultura familiar, com visão multidisciplinar, é fundamental para a sustentabilidade econômica do empreendimento rural.

Novas metodologias de gestão nas unidades familiares favorecem melhores condições para a sua inserção nos mercados e, conseqüentemente, para a geração de rendas pelas famílias de agricultores (MARTINS,2014).

Silva e Buss (2011) ressaltam a importância da gestão compartilhada para a propriedade, e complementam que uma visão individual de processos, ou áreas específicas de uma empresa dificulta a gestão, já que a empresa é uma só e não apenas pequenas partes incomunicáveis e autônomas. A percepção holística da organização sistematiza a comunicação entre as partes, fazendo com que todos os esforços estejam voltados para o alcance de um objetivo comum.

### 2.3 ÊXODO RURAL DOS JOVENS

Barbosa (2014) destaca que o êxodo rural no Brasil na década de 60 ocorreu quando trabalhadores rurais em busca de melhores remunerações, fuga das intempéries climáticas, substituição da mão de obra pelas máquinas agrícolas, evolução no estudo saíram do campo e vieram em busca de emprego nas grandes cidades.

Olinger (1991) enfatiza que existem muitas causas para o êxodo rural. Essas causas podem estar relacionadas tanto a fatores físicos como fatores econômicos, como o solo, água, clima, mecanização, insumos agrícolas, degradação dos recursos naturais, preços, créditos, oportunidades de emprego, inseguranças, dívidas e mudança de atividades.

Observou-se que as cidades após a ocorrência do êxodo rural, ficaram superpopulosas, causando problemas de moradia, de atendimento à saúde, de falta de escolas, enfim esse caos abalou estruturas essenciais para o bom desenvolvimento de uma nação e a qualidade de vida da população, que apresenta sequelas até os dias de hoje (BARBOSA,2014).

Os campos foram abandonados e a agricultura sofreu com a falta de mão de obra especializada. Barbosa (2014) enfatiza que, as famílias ficaram desestruturadas (jovens foram para a cidade, ficando apenas os mais velhos no campo), a região empobreceu, pois, por causa da não produção das lavouras, os municípios não tinham mais arrecadação de impostos e, com isto, muitos municípios deixaram de existir economicamente.

Entretanto, um problema que ocorre na agricultura familiar de acordo com Olinger (1991) é que os filhos trabalham no campo lado a lado com os pais, porém o controle da renda fica inteiramente em poder dos pais, ficando os filhos à mercê da decisão do chefe da família, em relação à remuneração pelo trabalho realizado, essa condição faz com que os jovens deixem no campo para procurar por independência financeira.

Olinger (1991) também complementa que, a diminuição do êxodo no campo para as cidades terá início quando ocorrerem mudanças estruturais necessárias ao crescimento socioeconômico dos países da região, onde se destaca a reforma agrária, a geração de empregos produtivos e programas de desenvolvimento rural integrado, que venham a beneficiar os trabalhadores rurais e os despossuídos da terra, capital e tecnologia.

## 2.4 PROCESSO DE SUCESSÃO

A sucessão na empresa familiar como transferência possui dois aspectos importantes e que se relacionam com o seu resultado: a importância do aspecto preventivo e a atitude do empresário diante da sucessão (MOREIRA JUNIOR,2007).

Moreira Junior (2007) ressalta que o planejamento é um passo importante nas sucessões para que possa ter um resultado favorável em relação a sucessão, muito embora o planejamento não possa ser tido como uma ferramenta a prova de todos os problemas. Porém planejar-se cria um clima mais propício para o bom encaminhamento do processo em razão de conseguir antever possíveis problemas e, com esses, as alternativas de solução.

O processo de planejamento é altamente sistematizado e deve obedecer algumas fases a serem consideradas que são: Identificação dos resultados a serem alcançados; Estabelecimento do perfil básico do profissional; Amplo debate dos resultados esperados e do perfil básico do executivo sucessor; Escolha do executivo sucessor e implementação e avaliação da sucessão (OLIVEIRA,1999).

Porém quando o processo de sucessão não é eficiente podem ocorrer desvantagens que estão relacionados com: Disputas de poder entre membros da família; Dificuldades em demitir o executivo sucessor e dificuldades em desempenhar diferentes papéis na propriedade (OLIVEIRA,1999).

Por isso, Oliveira (1999) destaca algumas orientações importantes no momento da sucessão familiar que são: planejar muito bem o processo sucessório; Iniciar o processo sucessório o mais cedo possível; ter amplo debate sobre o assunto; ter visão de curto, médio e longo prazo; ter regra três para o sucessor; estabelecer os objetivos da sucessão; estabelecer as estratégias do processo sucessório; estabelecer as políticas do processo sucessório; consolidar o processo sucessório em um projeto; debater o estilo de administração; estabelecer critérios e parâmetros de avaliação e planejar a distribuição da herança.

## 2.5 CASA FAMILIAR RURAL

A Casa Familiar Rural - CFR iniciou-se na França, no ano de 1935, surgiu da preocupação dos agricultores em não afastar os filhos das atividades rurais no período de escolarização e também como uma forma de seus filhos estarem atualizados com a tecnologia para aplicar nas atividades rurais (BARBOSA,2014).

Estevam (2001) enfatiza que o sistema de ensino na casa familiar rural era realizado de forma alterada em que os jovens passavam três semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato, improvisado nas dependências de uma igreja.

Esse método pedagógico para a execução do Plano de Estudo, oportuniza ao aluno aprender em sua realidade com a família e com os profissionais. Acredita-se que, assim, ele é induzido a refletir, planejar soluções, realizar experiência, ou seja, a promover um desenvolvimento local sustentável. Dentro das escolas, busca-se socializar o aluno para sua realidade em todos os aspectos, realizando-se pesquisas, trabalhos teóricos e programando ações práticas que se realizam enquanto eles permanecem em casa (BARBOSA,2014).

Estevam (2001) também assinala que o sistema de alternância permite ao jovem uma maior motivação para o estudo, porque possibilita confronto constante entre a teoria e a prática, facilitando a criação de uma maior consciência e nova visão, novos questionamentos para a solução de seus problemas cotidianos. Conhecimento aplicado a sua realidade permite uma melhor compreensão de seu meio. O diálogo constante realizado entre colegas, monitores e pais possibilita soluções de problemas enfrentados diariamente.

Estevam (2001) ressalta que os resultados obtidos a partir desta experiência foram excelentes. Os jovens envolvidos no projeto mostravam-se interessados em estudar e as famílias também estavam empenhadas na formação de seus filhos, além de contar com o envolvimento da comunidade local.

## 3 METODOLOGIA

Baseando-se nas características do estudo, tem-se uma pesquisa qualitativa, de levantamento ou survey e descritivo.

Na pesquisa qualitativa, segundo Michel (2009) o pesquisador participa, compreende e interpreta, existe uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. De acordo com Martins (2002) o survey trata-se de levantamento junto

às fontes primárias, geralmente através de aplicação de questionários, caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Procura descobrir com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

A pesquisa qualitativa foi aplicada através de um questionário estruturado com perguntas fechadas para os agricultores e seus filhos (alunos do 8º ano até o 3º ano do ensino médio de escolas municipais e estadual do município de Barra Bonita – SC), totalizando 92 questionários respondidos pelos alunos e 52 questionários respondidos pelos seus pais. A coleta de dados ocorreu no mês de novembro de 2016, os questionários foram entregues para os alunos responderem e entregado um questionário para que seus pais respondessem, após foi agendada uma data para devolução dos instrumentos. Os nomes dos alunos bem como de seus pais estão sendo preservados na apresentação dos resultados.

O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor (MARCONI e LAKATOS, 2010). As perguntas fechadas apresentam um número limitado de alternativas de respostas, além de permitirem uma comparação direta das respostas fornecidas por diferentes sujeitos (MOURA; FERREIRA; PAINE, 1998).

A análise e interpretação dos dados foram feitas através da estatística descritiva e para a tabulação dos dados foi utilizado o SPSS, software próprio para este fim. O SPSS é um sistema de análises estatístico e manuseamento de dados, num ambiente gráfico, em que a utilização, para a maioria das análises feitas, se resume na seleção das respectivas opções em menus e caixas de diálogo (MANUAL DE UTILIZAÇÃO - SPSS, 2016).

A estatística descritiva tem por objeto descrever e analisar determinada população, é a parte da estatística referente à coleta e a tabulação dos dados. É definida como um número que sozinho, escreve uma característica de um conjunto de dados, ou seja, é um número resumo que possibilita reduzir os dados a proporções mais facilmente interpretáveis (CASTANHEIRA, 2006). Na sequência apresentam-se primeiramente os dados obtidos através dos questionários aplicados aos alunos e em seguida os dados obtidos através dos questionários aplicados aos pais desses alunos.

## 4 TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados obtidos na pesquisa com estudantes do 8º ano ao 3º ano do ensino médio e seus pais, residentes na área rural do município de Barra Bonita – SC.

### 4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS

Mediante levantamento, o perfil dos 92 alunos pesquisados verificou-se que a maioria possui entre 13 e 14 anos (35,87%), entre 15 e 16 anos (29,35%) e entre 16 e 17 anos (28,26%), destacando que a maioria são solteiros (92,39%). Dos pesquisados 52,17% possuem ensino fundamental incompleto e 47,83% possuem ensino médio incompleto.

Também se pesquisou sobre o porquê esses alunos trabalhavam na agricultura, obtendo que 46,65% dos pesquisados não pretendem ficar trabalhando na agricultura, para 30,43% trabalham na agricultura pois, gostam do campo, 13,04% não tiveram outra alternativa e 10,67% são influenciados pelos seus pais e a opção sobrevivência e sustento familiar não teve respondentes. Constatou-se que a maioria dos pesquisados não pretendem continuar trabalhando na agricultura, isso deve-se pelas dificuldades encontradas no meio rural. Além do mais, como o município não possui outras opções de trabalho os jovens acabam saindo do município e indo a cidades maiores para conseguir conquistar seu espaço.

A satisfação com as atividades agrícolas também foi questionada entre os jovens e a maioria, 60,87% se diz satisfeito com as atividades, 22,83% indiferentes, 11,96% estão insatisfeitos, 3,26% muito insatisfeito e 1,09% muito satisfeito. Isso demonstra que a maioria dos jovens estão satisfeitos, mas essa satisfação pode estar relacionada com a estrutura das propriedades dos pais, ou até mesmo, pelo fato de esses filhos não estarem diretamente envolvidos com as tarefas e os complexidades das atividades no meio rural.

Sobre o questionamento se existe projetos no município que visam melhorar a vida do jovem, 52,17% responderam que às vezes, 21,17% raramente, 13,04% nunca, 6,52% muitas vezes e 1,09% sempre. Percebe-se que ocasionalmente ocorrem projetos no município, portanto, a gestão municipal deveria conscientizar-se para criar programas e incentivos fim de estimular os jovens a permanecer no meio rural.

Verificou-se também se os pais procuravam conversar sobre o futuro da propriedade e para 46,65% às vezes eles conversam, 17,39% afirmam que muitas vezes conversam sobre o

futuro da propriedade, 16,30% raramente conversam, 14,13% sempre conversam e 6,52% nunca conversam. Diante disso, percebe-se que o tema futuro da propriedade não é muito discutido na família, isso é preocupante, pois, para a propriedade continuar é imprescindível a conversa e o planejamento de todos os envolvidos da família.

No que diz respeito a verificação se o jovem vê perspectivas e futuro para a atividade agrícola encontrou-se que maioria (46,74%) respondeu que às vezes observa, 19,57% raramente, 17,39% muitas vezes, 15,22% nunca e 1,09% sempre observam perspectivas e futuro na propriedade. A partir desses dados, constata-se que os jovens frequentemente, observam perspectiva sobre o futuro das atividades agrícolas, vistos as inúmeras dificuldades encontradas no dia a dia e a falta de incentivos para permanecer no campo.

No que se refere aos motivos que contribuem para a não permanência dos jovens no campo 43,48% dos pesquisados responderam que não tem vocação para a agricultura, 23,91% não são valorizados como agricultor, 15,22% alegam que como produtor não teriam acesso a financiamentos e produção agrícola não possui a devida valorização, 10,87% que propriedade é pequena para o tamanho da família e 5,52% não tem opções de lazer e nem acesso a internet. Isso demonstra que os jovens possuem um baixo interesse sobre a agricultura, não buscam conhecer ou aperfeiçoar-se para continuar na propriedade, alegando inclusive que não possuem vocação para a atividade.

Já em relação sobre os motivos que levam a permanência dos jovens no campo a maioria (38,04%) afirmam que seria a garantia de uma renda mínima e maior valorização; já 25% responderam que seria para realizar um curso profissionalizante na casa familiar rural, 16,30% pela facilidade maior na aquisição de insumos, máquinas e mais área para ampliação da produção, 15,22% por maior apoio por parte dos governos municipais, estaduais e federais e 5,43% afirmam por fazer parte de uma associação ou cooperativa atuante.

Também os alunos foram questionados sobre a importância das casas familiares se estas contribuem para a permanência dos jovens no campo e a maioria dos pesquisados (44,57%) afirmam que às vezes contribuem, 22,83% muitas vezes, 16,30% raramente, 14,13% sempre e apenas 2,17% respondeu que nunca contribuem. Constata-se que as casas familiares rurais tem um papel importante pois contribuem para a permanência dos jovens no campo, pois agregam o conhecimento junto a ações práticas do dia a dia e fazem com o que o jovem agricultor se atualize com as técnicas e manejos e por consequência tenha uma maior capacidade de gestão da propriedade agrícola.

Entre os alunos pesquisados, nos que se refere ao entendimento da importância da continuidade da atividade agrícola como sucessor, verificou-se que 35,87% afirmam que é

uma atividade passada de gerações, 23,91% mantém a família unida, 21,74% é uma atividade de subsistência e 18,48% afirmam que é um segmento importante na economia. Ao verificar as respostas evidencia-se a importância da sucessão na propriedade, pois muitos costumes da família são passados de geração a geração.

Também questionou-se sobre o interesse em continuar na propriedade rural, para 38,04% às vezes continuariam, 21,74% nunca, 17,39% sempre, 16,30% raramente e 6,52% que é provável que continuariam. Isso demonstra que há um percentual considerável de jovens que teriam interesse em dar continuidade na propriedade dos pais e os motivos que levam a isso são diversos. Porém o fato dos pais incentivarem para estudar, em algumas ocasiões faz com que esses filhos almejem buscar novas oportunidades fora da propriedade, além de perceber as diversas dificuldades do meio rural.

#### 4.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

Da pesquisa realizada com os 52 pais dos alunos constatou-se que 53,85% dos respondentes são do gênero feminino e 46,15% são do gênero masculino. A maioria dos pesquisados 55,77% possui entre 41 a 59 anos, 32,69% tem entre 31 a 40 anos, 7,69% tem mais de 60 anos e 3,85% tem entre 21 a 30 anos. Em relação ao estado civil, verifica-se que 76,92% dos agricultores pesquisados são casados, 15,38% possuem união estável, 3,85% são solteiros e 1,92% são divorciados bem como 1,92% são viúvos.

Identificou-se também que 57,69% dos pesquisados possuem ensino fundamental incompleto, 25% ensino médio completo, 7,69% ensino fundamental completo e 9,62% possuem ensino médio incompleto. Em relação a renda mensal 44,23% dos pesquisados possuem renda mensal até R\$1.000,00, 40,38% possuem renda mensal de R\$1.000,00 a R\$3.000,00, 11,54% possuem renda mensal de R\$3.000,00 a R\$6.000,00 e apenas 3,85% possuem renda mensal acima de R\$10.000,00. A quantidade de filhos também foi pesquisada e 42,31% dos pesquisados possuem dois filhos, 21,15% estão os que possuem três filhos, 21,15% possuem quatro ou mais filhos e 15,38% dos pesquisados possuem apenas um filho.

Em relação a existência de membros que trabalham em atividade fora da agricultura, verifica-se que 65,38% afirmam ter membros que trabalham em outras atividades ao passo que 34,62% trabalham apenas com a agricultura. Aqui fica evidente que muitos membros da família necessitam trabalhar em atividades não agrícolas afim de ajudar a complementar a renda familiar.

Em relação ao entendimento do que seria sucessão familiar, a maioria (65,38%) respondeu que é a continuidade de um negócio entre as gerações de uma mesma família, 21,15% entende que não envolve apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado, mas de um código cultural (que envolve os traços familiares únicos de cada grupo familiar) e 17,31% afirmam que é a transferência de poder na gestão, em que o sucessor pode ser um herdeiro, um membro da família ou alguém sem grau de parentesco. Percebe-se, portanto, a importância que a sucessão tem para as famílias, pois além de continuar com as atividades agrícolas, perpetuam também a cultura/costumes da família.

No gerenciamento da propriedade para 40,38% os filhos ajudam no gerenciamento, 36,54% todos os familiares participam, 19,23% somente o responsável faz a gestão da propriedade e 3,85% afirmam que os filhos não participam da gestão. Constata-se que os pais acreditam na importância dos filhos para a gestão da propriedade. Credita-se isso a um maior acesso ao conhecimento e as tecnologias as quais podem estar contribuindo para um melhor desempenho da propriedade.

Sobre a perspectiva de um sucessor assumir a propriedade futuramente, 38,46% dos pesquisados responderam que ainda não sabe quem ficará, mas alguém irá assumir, 28,85% dizem já ter definido o sucessor, 25% não faz ideia se alguém assumirá, 3,85% dizem que com certeza ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade e a outros 3,85% afirmam que a propriedade será vendida / ou arrendada. Dessa forma, constata-se que há uma falta de planejamento familiar para definir quem irá assumir a propriedade, isso é um ponto negativo, pois os pais almejam que a propriedade tenha uma continuidade, porém levam muito tempo para definir e preparar um sucessor, o que faz muitas vezes com que os filhos saiam de casa em busca de outras oportunidades e depois de colocados não tenham mais interesse em retornar a propriedade.

Também questionou-se sobre como a família está preparando-se para o processo sucessório, 50% afirmam que através de incentivo escolar e acadêmico, 28,85% por meio do trabalho conjunto com os mais jovens afim de oportunizar trocas de experiências e 19,23% que não realizam nenhuma atividade voltada a sucessão e 1,92% responderam como outra opção. Evidencia-se que o fato de muitos pais não ter tido condições de estudar, estes incentivam seus filhos, com o objetivo de oportunizar um futuro melhor aos seus filhos, porém em muitas ocasiões esse incentivo não é voltado para preparar um filho como sucessor da propriedade.

Em relação ao melhor momento para que ocorra a sucessão a maioria (38,46%) dos pesquisados não pensaram ainda sobre isso, 19,23% afirmam quando os titulares não tiveram

mais condições de dirigir a propriedade, 19,23% quando o sucessor demonstrar interesse e capacidade para dirigir a propriedade, 15,38% pode ocorrer a qualquer momento sendo que haja concordância entre ambas as partes e 7,69% pretendem ficar com ela até o fim da vida. Observa-se que as famílias não possuem um momento para a sucessão, muitas também nem sabem se existirá alguém que deseja prosseguir com o futuro da propriedade. Verifica-se dessa forma que há uma necessidade de orientar as famílias sobre a necessidade e a importância de um planejamento sucessório.

Quando foi verificado as principais dificuldades em dar continuidade a atividade agrícola por meio da sucessão 36,54% responderam como motivo o fato que a atividade não trás o retorno financeiro esperado e o trabalho é penoso, 23,08% afirmam que as grandes dificuldades se encontram nos altos custos de maquinários e insumos, 17,31% dizem que os filhos desejam estudar e ter emprego com carteira assinada, 13,46% que não há incentivo por parte do governo e 9,62% afirmam que não há sucessores que desejam continuar na propriedade.

Quando questionados sobre os fatores que estão fazendo com que os agricultores abandonem o meio rural, para 36,54% é a busca por melhores condições de renda para a família, 28,85% é a frustração da safra (preço de venda e custos dos produtos), 21,15% alto custos dos maquinários agrícolas e insumos para a produção, 11,54% necessidade de emprego e renda para toda a família e 1,92% afirmam que são melhores condições de moradia, saúde e educação. Constata-se que a grande preocupação dos pais é garantir um futuro melhor para todos os membros da família e muitas vezes estes tem a visão que a saída da família do meio rural trará mais oportunidades e retornos financeiros.

Também questionou-se sobre o que é importante agregar para a continuidade da atividade agrícola, para 44,23% seria a diminuição dos impostos sobre maquinários e insumos, para 13,46% está incentivos governamentais de acordo com a realidade da propriedade, 13,46% afirmam melhorar a infraestrutura do meio rural dos municípios (internet, água encanada, estradas, etc), 13,46% políticas públicas de educação/permanência de jovens para continuação na propriedade rural, 9,62% afirmam que o seguro agrícola com menor burocracia e averiguação com estudo de caso valor seria importante, para 3,85% seria melhores tecnologias e suporte para a gestão da propriedade e 1,92% aumento do crédito rural para investimentos. As opções incentivar a criação de agroindústrias integradas ao meio urbano e estimular a produção de produtos orgânicos de maior valor agregado não teve respondentes.

Também foi verificado sobre como sentem-se em trabalhar no meio rural, 61,54% estão satisfeitos, 19,23% insatisfeitos 13,46% indiferente, 3,85% muito satisfeitos e apenas 1,92% muito insatisfeitos. Constatou-se que apesar das dificuldades encontradas no meio rural, os produtores sentem-se satisfeitos em realizar suas atividades, pois tem consciência de sua importância na produção de alimentos e na movimentação econômica do país.

No que diz respeito ao agricultor sentir-se valorizado pela profissão que possui, temos que 38,46% dos pesquisados estão satisfeitos, 32,69% sentem-se insatisfeitos, 17,31% responderam como indiferentes, 7,69% muito insatisfeitos e apenas 3,85% estão muito satisfeitos. Isso demonstra que hoje os agricultores são mais respeitados e vistos pelas atividades que realizam fazendo com que sintam-se valorizados pela importante função que desempenham.

## **5 CONCLUSÃO**

A sucessão nas pequenas propriedades rurais do município de Barra Bonita - SC, ocorre na maioria das vezes de forma não planejada, pois não é definido quando e qual o melhor momento para a ocorrência da sucessão. Verificou-se que o incentivo escolar e acadêmico é tido como uma preparação para o processo de sucessão. Porém não necessariamente isto acontecerá, pois é comum que os filhos com menos estudos venham a tornar-se sucessores. Em relação a gestão compartilhada pode-se concluir que os filhos na maioria das vezes ajudam no gerenciamento da propriedade e as decisões são tomadas com o conhecimento de todos os envolvidos.

Quanto aos motivos que levam ao jovem a permanecer no campo, verificou-se que o principal é a garantia de uma renda mínima. Diante do constatado verifica-se a necessidade do governo criar propostas que visem assegurar um preço mínimo da produção na agricultura, com o intuito de valorizar o produtor e reduzir o êxodo do campo. Verificou-se também que o principal motivo que contribui para a não permanência dos jovens no campo, é o fato dos filhos afirmar que não possuem vocação para a agricultura.

Constatou-se que as casas familiares rurais apresentam-se como uma alternativa viável para incentivar os jovens a permanecer no campo, pois facilita o acesso a técnicas voltadas para o meio em que vivem. Verifica-se dessa forma que a educação é um meio encontrado para se buscar uma profissionalização dos filhos e a conseqüente busca por um futuro melhor.

Por fim, conclui-se que há necessidade de que sejam desenvolvidos mais programas públicos capazes de proporcionar melhorias de renda aos agricultores e seus filhos, facilitando

assim a produção e a comercialização de produtos rurais. Pois quando há o incentivo do governo também fica mais fácil os jovens permanecer no campo, e continuar com as atividades desenvolvidas,

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Antônio Martins. Casa Familiar Rural – Expectativa para formação do Empresário rural no município de Reserva/PR. **Revista de Educação e Ensino**, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ano 8, n. 19, jan./jun.2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/viewFile/14140/16193>>. Acesso em: 02 Agos. 2016.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 3.ed. Curitiba: Ibpx, 2006.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

EDWARDS, Brian. **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona, Espanha: GG, 2008.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: A formação com base na pedagogia da alternância em Santa Catarina**.2001. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração (área de concentração políticas e gestão institucional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2001.Disponível em:<[file:///C:/Users/Administrador/Downloads/181950%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/181950%20(1).pdf)>. Acesso em: 27 jul.2016.

MANUAL DE UTILIZAÇÃO – SPSS. Escola Superior Agrária de Castelo Branco,1999.Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/gpat/wpcontent/uploads/2012/05/Manual-de-Spss-pt.pdf>>. Acesso em: 21 Agos 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografia e dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Fabíola Mendes. A gestão eficiente e sustentável da propriedade rural familiar, emLaguna(SC).Disponível em:<<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wpcontent/uploads/2014/01/Fabiola-Mendes-Martins.pdf>>. Acesso em: 27 jul.2016.

MATIAS, Hugo Juliano Duarte; PINHEIRO, José de Queiroz. **Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza**. **Revista Psicologia & Sociedade**,Rio Grande do Norte,v.20,n.1,p.134-143,2008. Disponível em:<<http://WWW.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a15v20n1.pdf>>. Acesso em:27 jun.2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2001.

MOREIRA JUNIOR, Armando Lourenzo. **Empresa familiar: um sonho realizado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOURA, Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patricia Ann. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998..

OLINGER, Glauco. **Êxodo rural: causas, consequências e medidas para diminuí-lo**. Florianópolis: S.P.G, 1991.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estudos Avançados, São Paulo, v.26, n.74, p.65-92, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a06v26n74.pdf>>. Acesso em: 27 jul.2016.

SILVA, Paola; BUSS, Ricardo Niehues. A administração na pequena propriedade rural. **Revista São Luis Orione**, Tocantins: Faculdade Católica Dom Orione, v.1, n. 5, p. 149-173, jan./dez.2011. Disponível em: <<http://www.catolicaorione.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/01/A-Administra%C3%A7%C3%A3o-na-Pequena-Propriedade-Rural-Revista-S%C3%A3o-Luis-Orione-v-1-n-5-jan-dez-2011.pdf>>. Acesso em: 27 jul.2016.